

CLIPPING



05/12/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Até a última criança](#)

[Olho na educação](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Aquém do básico](#)

[Congresso quer tirar dinheiro de saúde e infraestrutura para inflar fundo eleitoral](#)

[Candidatos a professor têm notas abaixo da média do país](#)

ALTA

O GLOBO - RJ

[Mesmo os filhos do andar de cima não se saíram bem](#)

[Organizações vão à Justiça para suspender carteirinhas estudantis](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Opção preferencial pelos militares](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Expedição no baixo Rio Branco descobre sítio arqueológico em comunidade ribeirinha em RR](#)

[Países no topo do Pisa dão aos alunos oportunidades iguais e valorizam professores, diz analista da OCDE](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Currículo, formação docente e ensino integral devem ser prioridades para avançar no Pisa](#)

PORTAL ISTOÉ

[Inscrições para o Sisu poderão ser feitas a partir de 21 de janeiro](#)

[Ministério da Educação divulga calendário do Sisu 2020](#)

PORTAL VEJA

[Segure-se na cadeira, Abraham Weintraub vai dar entrevista](#)

TERRA

[Currículo, formação docente e ensino integral devem ser prioridades para avançar no Pisa](#)

Agências de notícias e sites

4OITO

[Pesquisadores do PPGCEM da Unesc participam de palestra internacional](#)

AGÊNCIA BRASIL

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Ministro de C&T afirma que quilombolas serão ouvidos sobre base de Alcântara](#)

AGÊNCIA SENADO

[Debatadores defendem efetivação dos Centros de Desenvolvimento Regional](#)

AGORAMT

[Locais de prova do Prêmio Capes Talento Universitário estão disponíveis para consulta](#)

A TARDE ON LINE

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

BOL NOTÍCIAS

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Ministro da Educação será convocado a prestar esclarecimentos na Câmara](#)

DIÁRIO DO PODER

CLIPPING



[ANP sugere que petrolíferas banquem estudos sobre manchas de óleo na costa brasileira](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Ministro da Educação será convocado por Comissão](#)

G1

[Capes autoriza Ifam a ofertar doutorado profissional em Ensino Tecnológico em Manaus](#)

HOJE EM DIA - MG

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

IBAIA

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

[IFBA abre inscrições para contratação de professores](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

JUSBRASIL

[Decisão favorável em caso de Ciências sem Fronteiras](#)

NE 10

[Weintraub é convocado para falar sobre 'produção de maconha' nas universidades na Câmara dos Deputados](#)

PORTAL ISTOÉ

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

R7

[ANP sugere que empresas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

ULTIMO SEGUNDO

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Prova do Prêmio Capes no dia 8](#)

DESTAK

[Brasil está entre os piores na educação](#)

EXTRA - RJ

[Suspeita de licitação irregular](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Unesp divulga lista de aprovados para 2ª fase do vestibular 2020; confira](#)

[O que pensam alunos das redes pública e privada sobre a educação no Brasil](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC cruzou os braços, diz Tabata após apresentação de relatório na Câmara](#)

G1

[Unesp divulga lista de aprovados para a segunda fase do vestibular](#)

PORTAL ÉPOCA

[Por que a China lidera ranking de educação básica no mundo](#)

R7

[Sisu : MEC divulga o calendário para primeiro semestre de 2020](#)

[Inovação pedagógica está em estado básico no país, aponta pesquisa](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Até a última criança

MOZART NEVES RAMOS

Diretor do Instituto Ayrton Senna e membro do Conselho Nacional de Educação

O título deste artigo é inspirado no do filme *Até o último homem*, dirigido por Mel Gibson, cujo roteiro se baseia numa história real que se passou durante a Segunda Guerra Mundial. O personagem central, o jovem Desmond Doss — um rapaz muito gentil, seguidor da religião cristã — vive numa cidade do interior da Virgínia, nos Estados Unidos. Doss decide se alistar no Exército americano para atuar como médico de combate e se destaca dos demais por se recusar a usar uma arma e matar pessoas. Ele alega que o único motivo pelo qual se alistou no Exército foi para salvar vidas, e não para tirá-las.

Isso o fez passar por muitos constrangimentos até chegar ao campo de batalha. Mas ele acreditava que Deus estava ao seu lado. Assim, na Batalha de Okinawa, uma das mais sangrentas da história, sozinho e desarmado, ele salva e resgata a vida de 75 soldados gravemente feridos. O soldado Doss entendia que não podia deixar nenhum homem para trás, à sua própria sorte, prestes a morrer em um campo de batalha. Ele não desistia nunca, por mais adversa que fosse a situação.

Ao ver esse filme, lembrei-me muito de uma preocupação permanente e obstinada de um grande educador brasileiro — Chico Soares, como gosta de ser chamado. Tenho o privilégio de tê-lo como colega no Conselho Nacional de Educação (CNE), e ele nunca se cansa de dizer: “Não basta um determinado município ou estado ter um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) alto, caso não inclua todas as crianças e todos os jovens”.

Ele repete com frequência para todos nós, conselheiros, a sua preocupação com o fato de o Ideb, apesar da inegável importância de medir a qualidade do ensino oferecido, não levar em conta as crianças e os jovens que estão fora da escola. Não adianta ter qualidade apenas para alguns ou até para muitos, se não for para todos.

Segundo levantamento feito pelo movimento Todos Pela Educação com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), o Brasil tem cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola. O montante representa cerca de 6% do universo total de alunos, cujo futuro pode estar comprometido se nada fizermos.

As crianças mais pobres são as que estão mais afastadas da estrutura escolar. Entre as famílias cuja renda per capita é de mais de cinco salários mínimos, 5,5% das crianças de 4 a 6 anos estão fora da escola. Já entre as que têm renda de até um quarto de salário mínimo per capita, o índice salta para 30%. Para começar a reverter esse quadro de exclusão — que responde em grande parte pela desigualdade vigente em nosso país —, é preciso assegurar que todas as crianças estejam matriculadas na pré-escola e sejam alfabetizadas até os 7 anos, pois aí está a pedra angular de todo o processo educacional.

Mas, obviamente, é preciso muito mais. É necessário dar condições para que essas crianças progridam nos estudos, oferecendo-lhes, sempre que possível, escolas de tempo integral com educação integral, de forma que elas possam se desenvolver plenamente. A

educação integral requer que a escola desenvolva de forma intencional no currículo escolar as novas competências e habilidades necessárias para viver no século 21, tais como amabilidade, resiliência, criatividade, pensamento crítico e comunicação. Isso produz impactos profundos não só na aprendizagem escolar, mas no desenvolvimento pessoal e social dessas crianças.

O Brasil precisa ter a mesma persistência, determinação e obsessão que teve o soldado Doss em salvar todos os feridos na sangrenta Batalha de Okinawa: não desistir de nenhuma criança, de nenhum jovem deste país, para que todos tenham não só acesso à escola, mas aprendam e concluam a educação básica na idade certa. De cada 100 crianças que começam o primeiro ano do ensino fundamental, somente metade chega ao último ano do ensino médio, e boa parte com grandes deficits de aprendizagem. De cada 100 que chegam ao final do percurso, apenas nove aprenderam o que seria esperado em matemática, e 29 em língua portuguesa. O filme Até o último homem trouxe-me a luz necessária para compreender de modo cabal a permanente inquietação do professor Chico Soares — de que a escola deve ser para todos. Não basta ter Ideb alto se não incluir todos.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

Olho na educação

O resultado do Pisa divulgado na terça-feira, com um desempenho medíocre dos estudantes brasileiros, promete acelerar os ajustes políticos para colocar em votação na Comissão Especial a PEC 15/2015. A proposta de emenda constitucional defende a adoção permanente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O presidente do colegiado, Bacelar (Podemos-BA), acredita na possibilidade de construir acordo com as lideranças para votar o texto nas primeiras sessões legislativas do próximo ano, em fevereiro.

Olho na Educação II

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, por 24 votos a 8, a convocação do ministro da Educação, Abraham Weintraub. O motivo da convocação são os ataques do titular do MEC às universidades, onde Weintraub disse haver “plantações extensivas” de maconha.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Aquém do básico

Fiasco do Brasil em exame de ensino mostra urgência da busca por qualidade

Os resultados do Pisa —a avaliação trienal conduzida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que busca comparar o desempenho de alunos de 15 anos em 79 países— revelam as deficiências e, pior, a estagnação do ensino no Brasil.

Além de não ter registrado melhora nas três habilidades medidas (leitura, matemática e ciências) na última década, o país ganha triste destaque pela quantidade de adolescentes que não atingem o desempenho considerado mínimo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/12/aquem-do-basico.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Congresso quer tirar dinheiro de saúde e infraestrutura para inflar fundo eleitoral Comissão aprovou relatório que aumenta recursos de campanha para R\$ 3,8 bilhões; áreas sociais são atingidas

Brasília

A comissão do Congresso responsável pelo Orçamento aprovou nesta quarta-feira (4) relatório preliminar que aumenta para R\$ 3,8 bilhões o fundo eleitoral em 2020. Para inflar os recursos das campanhas municipais, o Congresso prevê cortes em saúde, educação e infraestrutura.

O governo Jair Bolsonaro desejava destinar R\$ 2 bilhões para custear as disputas locais. Porém, presidentes e líderes de partidos que representam a maioria dos deputados e senadores articularam a elevação do valor do fundo em R\$ 1,8 bilhão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/congresso-quer-tirar-dinheiro-de-saude-e-infraestrutura-para-inflar-fundo-eleitoral.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Candidatos a professor têm notas abaixo da média do país

Alunos de pedagogia têm desempenho pior no Enem e no Enade, diz estudo

São Paulo

Nenhum estado brasileiro escapa de um diagnóstico negativo que ajuda a explicar a baixa qualidade da educação no país: estudantes que almejam se tornar professores têm desempenho acadêmico pior do que a média dos demais futuros profissionais.

É o que revela um novo estudo liderado por Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna (IAS) e professor do Insper.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/candidatos-a-professor-tem-notas-abaixo-da-media-do-pais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

ALTA

O Cremesp notificou o Ministério da Educação solicitando solução ao impasse. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, responsável pelo Enade, diz que “a relação de estudantes em situação regular será disponibilizada na mesma data para todos os cursos participantes, respeitando a isonomia nos processos de divulgação de resultados”

.Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/12/policia-militar-de-sp-pode-bater-novos-records-de-letalidade-em-2019.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Mesmo os filhos do andar de cima não se saíram bem

Ainda sobre os resultados do Pisa, veja este recorte feito pela consultoria IDados. Em todas as faixas de renda, a maioria dos alunos brasileiros teve nota abaixo da média dos estudantes da OCDE. E repare como continuamos muito atrás, mesmo entre os filhos de

quem tem dinheiro. No caso dos alunos de nível socioeconômico bom ou ótimo, só 1/5 dos brasileiros tiveram nota acima da média dos países da OCDE em Matemática. Já entre nossos alunos de nível socioeconômico baixo ou muito baixo, só 1/30 conseguiram o feito.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Organizações vão à Justiça para suspender carteirinhas estudantis

BRASÍLIA

A União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Associação Nacional de Pós-graduandos entraram com um mandado de segurança para suspender a emissão de carteirinhas estudantis pelo Ministério da Educação (MEC). Na ação protocolada na última sexta-feira no Superior Tribunal de Justiça (STJ), as entidades argumentam que a emissão do documento pelo aplicativo ID Estudantil e o acesso do ministério aos dados dos estudantes violam o direito à privacidade.

De acordo com o recurso, não existe lei que autorize o MEC a utilizar os dados repassados ao órgão pelas instituições de ensino sem consentimento prévio. A ação pede que seja concedida uma liminar e que, depois, haja uma decisão para impedir o MEC de armazenar dados dos alunos e emitir a carteira.

No início de setembro, o governo publicou uma Medida Provisória (MP) criando o ID Estudantil. A medida alterou a Lei da Meia Entrada, que dava às entidades estudantis a prerrogativa de emitir as carteiras de estudante. A MP instituiu o Sistema Educacional Brasileiro, onde as instituições se cadastram para repassar os dados dos alunos. A ID Estudantil pode ser emitida para todas etapas da escolarização.

Atualmente, o valor obtido com a emissão das carteirinhas é a principal fonte de recurso das entidades estudantis. A UNE cobra, em média, R\$ 35 pela emissão do documento. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, já afirmou reiteradamente que a emissão gratuita da carteira pelo MEC quebrará o monopólio dessas instituições.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Opção preferencial pelos militares

Contrariando o discurso oficial, que prega a redução do engessamento orçamentário, o governo aceitou que os investimentos do Ministério da Defesa programados para 2020 não sejam objeto de limitação de empenho, ou seja, não poderão sofrer contingenciamento. Os investimentos da Defesa serão, portanto, obrigatórios no próximo ano. Os únicos do Orçamento..

Na mesma mensagem modificativa, o governo ampliou em R\$ 5,4 bilhões as chamadas despesas discricionárias, que são os investimentos e o custeio estrito da máquina pública. Elas estavam com valores muito baixos na proposta orçamentária original. Do total, 44% foram destinados ao Ministério da Defesa, ou R\$ 2,376 bilhões. A área de infraestrutura ganhou só 17,6% do total e o Ministério da Educação, ficou com apenas 11%.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/coluna/opcao-preferencial-pelos-militares.ghtml>

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Expedição no baixo Rio Branco descobre sítio arqueológico em comunidade ribeirinha em RR

Pesquisadores da UFRR descobriram peças que são parte do contexto histórico e cultural da região considerada a essência da Amazônia.

Uma expedição descobriu um sítio arqueológico na região do Baixo Rio Branco, onde há 16 comunidades ribeirinhas no Sul de Roraima. A viagem foi coordenada por pesquisadores do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

O sítio fica em uma comunidade habitada por 12 famílias e foi descoberto quando pesquisadores aplicavam questionário de um levantamento sobre como vivem os ribeirinhos no Baixo Rio Branco.

No local, foram identificadas peças milenares de cerâmicas como vasos decorados com traçados indígenas e até urnas funerárias que podem ajudar a recontar a história de povos que habitavam a região.

A expedição foi feita em maio deste ano e faz parte de um projeto que mapeia como vivem as comunidades na região. Ao longo dos últimos sete meses, os pesquisadores têm compilado os dados do que foi encontrado nos 1.235 km percorridos em seis rios amazônicos.

Para que o material se mantenha preservado, o coordenador da expedição, professor Antônio Veras, preferiu não divulgar o nome da comunidade até que se tenham estudos mais aprofundados na região.

"Uma moradora contou que foi preparar a terra para o plantio e, ao capinar o mato, observou alguma coisa quebrando. Ela cavou e encontrou aquelas cerâmicas antigas. Fizemos uma visita e verificamos que realmente se tratava de um sítio arqueológico, onde se tem vários formatos de cerâmicas, vasos e que existe até um cemitério com urnas", explicou Veras.

As peças achadas ainda não foram catalogadas. Os pesquisadores acreditam que existem ainda outros sítios no Baixo Rio Branco. Com isso, foi elaborado um projeto que busca apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** para formalizar esses registros.

"Existem em outras comunidades a presença de sítios arqueológicos e isso precisa ser pesquisado, principalmente pela importância de se fazer um ordenamento para que essas peças não sejam alvos de vendas a turistas. É necessário que a população da região seja a protagonista e que tenha a preservação e a proteção desses sítios", reforçou.

Os pesquisadores querem, ainda, inserir o sítio descoberto no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A expedição no Baixo Rio Branco foi feita em maio deste ano. De barco, os pesquisadores passaram pelas comunidades ribeirinhas na região de Rorainópolis. São elas: Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Remanso, Floresta, Itaquera,

Samaúma, Xixuaú, Dona Cota e Bela Vista, e de Caracará: Sacá, Canauní, Lago Grande, Terra Preta, Cachoeirinha, Caicubí e Panacarica.

O acesso às 16 comunidades só é feita via fluvial ou aérea. A estimativa é que há 1200 famílias ribeirinhas na região. A forma como vivem e se sustentam depende dos ciclos do rio.

"Eles vivem de ciclos, do período da cheia e da seca do rio. Quando o rio está cheio, há o período do defesa, onde eles não pescam e fazem as atividades de extrativismo. Coletam açaí, cupuaçu e castanha no Brasil. Na seca, o período da pesca é intenso. Tanto a comercial quanto a esportiva", explicou Veras.

Até Santa Maria do Boiaçu, a primeira e maior comunidade no baixo Rio Branco, foram três dias de viagem. Com estrutura de posto de saúde, comércio, campo de pouso e posto policial, o vilarejo é considerado um polo de apoio às demais regiões.

"Costumo dizer que Santa Maria é a nossa megalópole fluvial. Toda aquela região precisa de atenção diferenciada. Os moradores dali representam a essência da Amazônia, vivem da Amazônia. É um modelo sustentável que deve ser preservado, porém, precisa de políticas públicas adequadas", disse Veras.

Durante a expedição, o grupo passou pelos rios Branco, Xaurini, Amajau, Caicubí, Negro e Jauaperi. O projeto Estratégias de Ordenamento Territorial em Comunidades de Interesse Socioambiental deve identificar e caracterizar geograficamente a região do Baixo Rio Branco.

"A permanência dessas comunidades é fundamental para que essas áreas não desapareçam. Elas têm uma singularidade cultural que precisa ser respeitada. Mas, a ausência do estado, do ponto de vista de gestão, é algo negativo que precisa ser revisto. Principalmente sobre saneamento, educação e segurança."

O trabalho envolve mais de 20 pesquisadores, entre doutores da UFRR, Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). O trabalho deve seguir por quatro anos. Em 2020, o grupo planeja uma nova expedição para o baixo Rio Branco.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Países no topo do Pisa dão aos alunos oportunidades iguais e valorizam professores, diz analista da OCDE

Programa Internacional de Avaliação de Estudantes foi aplicado a 79 países e regiões do mundo; Brasil segue abaixo dos índices básicos em ciência, matemática e leitura.

Os países que lideram o ranking mundial da educação, de acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), investem na valorização de professores e em ações para diminuir a desigualdade entre alunos e escolas.

A análise é da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsável pelo teste. E as estratégias, se replicadas por aqui, poderiam ajudar o Brasil a melhorar o índice nacional, avalia Camila de Moraes, analista de educação da

entidade.

43,2% dos brasileiros de 15 anos sabem menos que o básico em leitura, ciência e matemática

Em leitura, os dados do Brasil apresentam estagnação nos últimos dez anos
Argentina tem pior resultado entre países da América do Sul

"Países têm estratégias diferentes para melhorar seus sistemas de educação. Porém, podemos observar alguns pontos em comum entre os países com melhor desempenho no Pisa, entre eles estão uma maior equidade entre alunos e escolas de níveis socioeconômicos diferentes e a valorização da carreira docente." – Camila de Moraes, da OCDE

O Pisa é aplicado a cada três anos e avalia a aprendizagem em leitura, matemática e ciência. Os resultados do Pisa 2018 para o Brasil indicam que 68% dos estudantes de 15 anos não sabem o básico de matemática; 55,3% apresentam baixo desempenho em ciência e 50,1% têm baixo desempenho em leitura.

Comparativo Brasil x melhores do Pisa 2018

Já entre os 13 países que se revezaram no "top 10" da edição mais recente do Pisa, apenas uma minoria de estudantes ocupam a escala mais baixa de proficiência. Eles também estão bem acima do Brasil em relação a outras variáveis, como investimento por aluno e salário dos professores.

Além disso, boa parte deles apresentou menor variação entre as notas médias dos alunos mais pobres e as dos mais ricos.

Equidade

Um dos pontos do relatório da OCDE é a variação de desempenho entre estudantes de diferentes escolas e regiões do país. Reduzir a desigualdade entre elas seria uma das estratégias para melhorar a educação do Brasil, afirma a analista de educação da OCDE.

Em leitura, os brasileiros de família de alta renda tiveram média 97 pontos mais alta do que os de baixa renda. A média da OCDE é de 89 pontos. Embora a OCDE afirme que essa desigualdade no Brasil não é estatisticamente pior do que a média dos países do grupo, o relatório ressalta que, entre 2009 e 2018, a variação no Brasil aumentou 13 pontos, enquanto a mudança na OCDE foi menor, um aumento de apenas 2 pontos.

"O status socioeconômico foi um forte instrumento de previsão do desempenho em matemática e ciência em todos os países que participaram do Pisa. Ele explicou 16% da variação no desempenho em matemática no Pisa 2018 no Brasil", afirmou a OCDE, ressaltando que, na média dos países do bloco, esse indicador respondeu por 14% da mesma variação.

Por causa dessa diferença, a OCDE afirmou que apenas 10% dos estudantes de baixo nível socioeconômico foram capazes de tirar notas equivalentes aos 25% melhores desempenhos em leitura. Na média da OCDE, esse índice foi parecido, de 11%.

Professores

Para a analista de educação da OCDE, Camila de Moraes, há investimentos "muito forte" de valorização de professores em Singapura, por exemplo, um dos países que são

estão no topo do ranking do Pisa 2018. Segundo ela, o país consegue atrair e reter talentos.

"Eles conseguem atrair os melhores candidatos para a profissão graças a salários competitivos e um status privilegiado na sociedade. Após entrarem na carreira, professores têm acesso a desenvolvimento profissional contínuo. Além disso, existe uma cultura forte de mentoria, com professores mais experientes ensinando e motivando professores mais novos", afirma, em entrevista ao G1.

Especialistas ouvidos pelo G1 também apontam a valorização dos professores como uma das estratégias para melhorar a educação brasileira. Outro ponto apresentado por eles é a política a longo prazo, para que possam surtir efeito.

"O que nos diferencia dos países com alto desempenho [no Pisa] é que não colocamos ainda a profissão docente e políticas para estes profissionais como ponto central", afirma Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais do Todos pela Educação.

Além disso, ao contrário do que se costuma pensar, ter classes com menos alunos por professor não é uma variável com impacto comprovado na melhoria da qualidade da educação. Segundo o relatório do Pisa 2018, a OCDE explica que, em geral, diminuir o tamanho das turmas exige aumentar o número de professores, mas "os resultados sugerem que aumentar o número de professores em uma escola poder ser ineficaz, se isso acontece às custas da qualidade média desses professores".

Clima nas escolas

Outro ponto que a OCDE analisa é o clima nas escolas. Para Camila de Moraes, o desempenho dos estudantes deve ser analisado tanto em relação aos resultados, quanto em relação a bem-estar dos estudantes.

"É muito importante considerar tanto o desempenho quanto o bem-estar dos alunos. O Pisa mostra que um melhor desempenho não precisa vir acompanhado de mais ansiedade e de um pior bem-estar dos alunos. Países como Bélgica, Estônia, Finlândia e Alemanha atingiram tanto um alto desempenho quanto um alto nível de bem-estar dos alunos", afirma.

No Brasil, os resultados do Pisa 2018 apontaram que os casos de bullying, indisciplina e solidão dentro das escolas do Brasil ocorrem em percentuais acima da média internacional. Para 29% dos estudantes brasileiros que participaram da avaliação, há ofensas nas escolas. Outros 41% dizem perder tempo de aula por causa da indisciplina e 13% relataram se sentir sempre sozinhos durante o período escolar.

Na análise dos dados, é possível ver que 50% dos estudante faltaram a pelo menos um dia de aula e 44% chegaram atrasados na quinzena que antecedeu o Pisa. A média da OCDE é 21% e 48%.

"Sabemos que alunos que sofrem bullying, por exemplo, tendem a faltar mais às aulas", afirma Camila. Com isso, eles perdem mais conteúdo e auto-confiança para realizar os testes.

Análise do Japão

Autora de tese premiada analisa resultado do Pisa do Brasil e do Japão

Um dos países que estão entre os 10 melhores na avaliação de ciências, o Japão foi objeto de estudo para a tese "Letramento científico no Brasil e no Japão a partir dos resultados do Pisa", feita pela doutora em educação Andriele Ferreira Muri. Ela ganhou o Grande Prêmio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** de Humanas na edição de 2018, analisando as edições do Pisa que tiveram como foco a análise de ciências (2006 e 2015). O G1 entrevistou Andriele sobre o tema no início deste ano.

Andriele afirma que, entre as ações do Japão, estão:

Não reprovar estudantes tem impacto positivo na aprendizagem no Japão;

O Japão tem um currículo nacional comum;

A formação dos professores faz diferença: no Japão, os professores têm as aulas analisadas por outros colegas. Esta troca permite aperfeiçoar o método, "acelerando a disseminação das melhores práticas em toda a escola ou comunidade", diz Muri;

O uso do tempo em sala de aula é mais otimizado no país asiático: 20% do tempo de aula no Brasil é perdido com questões como orientações gerais, recados administrativos e controle de alunos em sala. No Japão, o índice é de 2%.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Currículo, formação docente e ensino integral devem ser prioridades para avançar no Pisa

Prova internacional avalia alunos de 15 anos; Brasil ficou atrás de Chile e Uruguai

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou nesta terça-feira, 3, os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Trata-se de uma avaliação comparada para estudantes de 15 anos de idade, de 79 países em Leitura, Matemática e Ciências.

Entenda o que é o Pisa, principal avaliação de estudantes do mundo

Dados do Pisa divulgados em 2019

Dados do Pisa foram divulgados nesta semana. Foto: Helvio Romero / Estadão

O Pisa 2018 oferece informações sobre o desempenho dos estudantes, vinculando dados sobre seus backgrounds e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam tais aprendizagens, dentro e fora da escola.

No âmbito global, o destaque fica na Ásia: o bloco Beijing, Shanghai, Jiangsu e Zhejiang (B-S-J-Z) da China ficou em 1º lugar, seguido muito de perto por Cingapura, Estônia, Canadá, Finlândia, Hong Kong (China), Irlanda, Macau (China) e Polônia. Daqui, vale o registro de dois pontos: a Finlândia, campeã do Pisa dos anos 2009 e 2012, aparece cada vez mais distante dos países asiáticos; em segundo lugar, por outro lado, é gratificante verificar os crescimentos consistentes da Estônia e da Polônia, seguidos de perto pela Irlanda.

Olhando a América do Sul, a boa novidade vem do Peru, que ainda está distante do melhor dos países avaliados no continente, como o Chile, mas que vem apresentando um crescimento consistente desde 2009. Já o Brasil está literalmente estagnado e num patamar muito baixo frente à média da OCDE, além de ter apresentado um desempenho muito aquém dos dois melhores países da América do Sul: Chile e Uruguai. É possível também verificar a enorme distância que separa os países da América do Sul da média

da OCDE.

Tabela 1

Desempenho dos países da América do Sul no Pisa 2018 em leitura, matemática e ciências

Chile - 452 pontos (Leitura), 417 pontos (Matemática) e 444 pontos (Ciências)
Uruguai - 427 pontos (Leitura), 418 pontos (Matemática) e 426 pontos (Ciências)
Colômbia - 412 pontos (Leitura), 391 pontos (Matemática) e 413 pontos (Ciências)
Brasil - 413 pontos (Leitura), 384 pontos (Matemática) e 404 pontos (Ciências)
Peru - 401 pontos (Leitura), 400 pontos (Matemática) e 404 pontos (Ciências)
Argentina - 402 pontos (Leitura), 379 pontos (Matemática) e 404 pontos (Ciências)
Média da OCDE - 487 pontos (Leitura), 489 pontos (Matemática) e 489 pontos (Ciências)

O Pisa traz também um cenário que já era claro nas próprias avaliações nacionais, como a Prova Brasil, do Ministério da Educação (MEC). Mostra uma grande desigualdade entre dois grandes blocos: Sul e Sudeste versus Norte e Nordeste. A média das regiões Sul e Sudeste no Pisa 2018 é de 428 pontos, similar ao desempenho do Uruguai; enquanto o desempenho das regiões Norte e Nordeste é de 390 pontos, em média, e muito próxima à performance da Argentina – o país que ficou na lanterna da América do Sul.

O Brasil tem chances de reverter esse quadro? Talvez, se tomar algumas atitudes essenciais para uma verdadeira mudança, como a adequada implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Base Nacional de Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, já aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em colaboração com o Ministério da Educação.

Além disso, avançar de forma mais intensa na política de escolas de tempo integral com educação integral, escalando iniciativas que já demonstram resultados eficazes. E mais: precisa aproveitar as discussões sobre o novo Fundeb, não só para colocar mais recursos, mas de distribuí-los com base nos resultados de aprendizagens. Não há tempo a perder, o Brasil precisa sair dessa estagnação educacional!

*MOZART NEVES RAMOS É DIRETOR DE ARTICULAÇÃO E INOVAÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Inscrições para o Sisu poderão ser feitas a partir de 21 de janeiro

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão ser feitas de 21 a 24 de janeiro de 2020. O calendário do processo seletivo do primeiro semestre do ano que vem foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União.

O resultado da seleção será divulgado no dia 28 de janeiro e a matrícula dos selecionados deverá ser feita de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera também entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para participar é

preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame.

Para o primeiro semestre de 2020 valerão as notas do Enem 2019. Os resultados das provas, que foram aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro serão divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do Enem. Para acessar, é preciso informar CPF e senha. Ao todo, 3,9 milhões de candidatos participaram de pelo menos um dia de prova do Enem.

As regras e a quantidade de vagas que serão oferecidas no ano que vem pelo Sisu ainda não foram divulgadas. No primeiro semestre deste ano, foram ofertadas 235,5 mil vagas em 129 instituições públicas de todo o país.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ministério da Educação divulga calendário do Sisu 2020

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão ser feitas de 21 a 24 de janeiro de 2020. O calendário do processo seletivo do primeiro semestre do ano que vem foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União.

O resultado da seleção será divulgado no dia 28 de janeiro e a matrícula dos selecionados deverá ser feita de 29 de janeiro a 4 de fevereiro. Aqueles que não forem selecionados poderão participar da lista de espera também entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para participar é preciso ter obtido nota acima de 0 na redação do exame.

Para o primeiro semestre de 2020 valerão as notas do Enem 2019. Os resultados das provas, que foram aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro serão divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do Enem. Para acessar, é preciso informar CPF e senha. Ao todo, 3,9 milhões de candidatos participaram de pelo menos um dia de prova do Enem.

As regras e a quantidade de vagas que serão oferecidas no ano que vem pelo Sisu ainda não foram divulgadas.

No primeiro semestre deste ano, foram ofertadas 235,5 mil vagas em 129 instituições públicas de todo o país.

topo ↕

PORTAL VEJA - RADAR ONLINE

Segure-se na cadeira, Abraham Weintraub vai dar entrevista

Fábrica de polêmicas e notícias negativas do governo vai voltar a injetar carvão nas caldeiras nesta quinta-feira

Abraham Weintraub, ministro da educação (//.)

A fábrica de polêmicas e notícias negativas do governo vai voltar a injetar carvão nas caldeiras nesta quinta-feira.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, está convidando a imprensa para uma

entrevista de lançamento do lançamento do programa “Conta pra Mim”.

O chefe do MEC decidiu falar ao público no momento em que mais se parece com seu antecessor Ricardo Vélez Rodríguez, demitido por inépcia na condução da pasta.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Currículo, formação docente e ensino integral devem ser prioridades para avançar no Pisa

Prova internacional avalia alunos de 15 anos; Brasil ficou atrás de Chile e Uruguai
A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou nesta terça-feira, 3, os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Trata-se de uma avaliação comparada para estudantes de 15 anos de idade, de 79 países em Leitura, Matemática e Ciências.

O Pisa 2018 oferece informações sobre o desempenho dos estudantes, vinculando dados sobre seus backgrounds e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam tais aprendizagens, dentro e fora da escola.

No âmbito global, o destaque fica na Ásia: o bloco Beijing, Shanghai, Jiangsu e Zhejiang (B-S-J-Z) da China ficou em 1º lugar, seguido muito de perto por Cingapura, Estônia, Canadá, Finlândia, Hong Kong (China), Irlanda, Macau (China) e Polônia. Daqui, vale o registro de dois pontos: a Finlândia, campeã do Pisa dos anos 2009 e 2012, aparece cada vez mais distante dos países asiáticos; em segundo lugar, por outro lado, é gratificante verificar os crescimentos consistentes da Estônia e da Polônia, seguidos de perto pela Irlanda.

Olhando a América do Sul, a boa novidade vem do Peru, que ainda está distante do melhor dos países avaliados no continente, como o Chile, mas que vem apresentando um crescimento consistente desde 2009. Já o Brasil está literalmente estagnado e num patamar muito baixo frente à média da OCDE, além de ter apresentado um desempenho muito aquém dos dois melhores países da América do Sul: Chile e Uruguai. É possível também verificar a enorme distância que separa os países da América do Sul da média da OCDE.

Tabela 1

Desempenho dos países da América do Sul no Pisa 2018 em leitura, matemática e ciências

Chile	- 452 pontos (Leitura), 417 pontos (Matemática) e 444 pontos (Ciências)
Uruguai	- 427 pontos (Leitura), 418 pontos (Matemática) e 426 pontos (Ciências)
Colômbia	- 412 pontos (Leitura), 391 pontos (Matemática) e 413 pontos (Ciências)
Brasil	- 413 pontos (Leitura), 384 pontos (Matemática) e 404 pontos (Ciências)
Peru	- 401 pontos (Leitura), 400 pontos (Matemática) e 404 pontos (Ciências)
Argentina	- 402 pontos (Leitura), 379 pontos (Matemática) e 404 pontos (Ciências)
Média da OCDE	- 487 pontos (Leitura), 489 pontos (Matemática) e 489 pontos (Ciências)

O Pisa traz também um cenário que já era claro nas próprias avaliações nacionais, como a Prova Brasil, do Ministério da Educação (MEC). Mostra uma grande desigualdade entre dois grandes blocos: Sul e Sudeste versus Norte e Nordeste. A média das regiões Sul e Sudeste no Pisa 2018 é de 428 pontos, similar ao desempenho do Uruguai; enquanto o desempenho das regiões Norte e Nordeste é de 390 pontos, em média, e

muito próxima à performance da Argentina - o país que ficou na lanterna da América do Sul.

O Brasil tem chances de reverter esse quadro? Talvez, se tomar algumas atitudes essenciais para uma verdadeira mudança, como a adequada implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Base Nacional de Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, já aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em colaboração com o Ministério da Educação.

Além disso, avançar de forma mais intensa na política de escolas de tempo integral com educação integral, escalando iniciativas que já demonstram resultados eficazes. E mais: precisa aproveitar as discussões sobre o novo Fundeb, não só para colocar mais recursos, mas de distribuí-los com base nos resultados de aprendizagens. Não há tempo a perder, o Brasil precisa sair dessa estagnação educacional!

*MOZART NEVES RAMOS É DIRETOR DE ARTICULAÇÃO E INOVAÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA

4OITO - TEMPO REAL

Pesquisadores do PPGCEM da Unesc participam de palestra internacional

Pesquisador espanhol visitou Iparque e empresas da região

A segunda-feira, 2, foi de troca de experiências internacionais para os acadêmicos e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais (PPGCEM) da Unesc. Eles receberam a visita do pesquisador do Instituto de Cerâmica y Vidrio de Madri, capital da Espanha, Rodrigo Moreno, que ministrou a palestra "Diseño de microestructuras ceramicas usando processamiento coloidal". Ele também visitou a Unidade Porcelanato da Eliane Revestimentos Cerâmicos e conheceu a estrutura do Parque Científico e Tecnológico (Iparque) da Unesc.

Para ele, a oportunidade é de debater os diversos aspectos dos materiais cerâmicos. "A ideia é iniciar a conversa e deixar fluir, debater com os pesquisadores do PPGCEM e entender as necessidades, características e diferenciais das indústrias da região", comentou o pesquisador espanhol.

O pesquisador espanhol está no Brasil pelo projeto de internacionalização da UFSC CAPES-PRINT coordenado pelo professor Antonio Pedro Novaes de Oliveira, e foi convidado a palestrar no Iparque pela professora do PPGCEM, Dra. Sabrina Arcaro. "Ele foi meu co-orientador de doutorado no Instituto de Cerâmica y Vidrio, e busquei aproveitar a passagem pelo projeto de internacionalização da UFSC para que ele pudesse conhecer nosso campus, a estrutura do Iparque e as indústrias da região, desta forma, podemos fortalecer cada vez mais nossas parcerias para desenvolver projetos futuros em conjunto", colocou.

A agenda do pesquisador seguiu cheia para esta terça-feira (03). "Visitamos a Canguru Embalagens, também buscando por eventuais necessidades da indústria e como a universidade, com a ajuda do professor Rodrigo, poderia auxiliar a suprir estas necessidades", explicou Sabrina.

[topo](#)

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 16,346 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil. “A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Ministro de C&T afirma que quilombolas serão ouvidos sobre base de Alcântara Marcos Pontes também disse ser contrário à fusão entre a Capes e o CNPq

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse nesta quarta-feira (4) a deputados de quatro comissões da Câmara (Cultura, Ciência e Tecnologia, Relações Exteriores e Direitos Humanos) que uma eventual expansão da base de Alcântara, no Maranhão, será discutida com as comunidades quilombolas da região durante 2020. Algumas reportagens publicadas na imprensa indicaram a possibilidade de remoção de 350 famílias, o que foi um dos motivos para a audiência.

Marcos Pontes afirmou que, após a aprovação do acordo que permitiu a exploração comercial da base, a fase agora é de procurar interessados e melhorar a infraestrutura local.

A deputada Luiza Erundina (Psol-SP) disse que as comunidades quilombolas de Alcântara ainda não foram ouvidas pelo governo, o que tem gerado apreensão entre as pessoas. A deputada lembrou que a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho determina que essas comunidades sejam ouvidas sobre projetos que as afetem:

“Os quilombolas não foram consultados, atendidos, informados em nenhum momento desse processo. Isso é uma deficiência grave por conta de haver uma decisão de um órgão internacional, um órgão da ONU, que não foi atendida numa convenção da qual o país é subscritor”, disse Erundina.

Qualidade de vida

Marcos Pontes afirmou que acredita na adesão da comunidade local ao projeto porque, segundo o ministro, ele deve melhorar a qualidade de vida das pessoas:

“É natural as pessoas terem medo. Medo da mudança. Mas o fato é que a gente quer prosseguir e ter sucesso em alguma coisa, a gente vai precisar provocar a mudança. Se a gente continuar fazendo as coisas da mesma maneira, a gente vai ter o mesmo resultado. Então a gente precisa provocar a mudança. E a mudança vai ser grande lá, mas vai ser positiva”, disse Pontes.

O ministro explicou que a ideia é fazer com que Alcântara receba muitas pessoas que vão trabalhar na base, mas também desenvolver atividades que atraiam turistas e ensino especializado para a região.

Fusão Capes e CNPq

Outro ponto da audiência foi a possibilidade de fusão entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O ministro defendeu que esses órgãos permaneçam separados.

O diretor de Cooperação Institucional do CNPq, Vilson Almeida, disse que as duas agências são complementares, mas têm objetivos diferentes. A **Capes** trabalha com a formação de profissionais e o CNPq atua com projetos de pesquisa em parceria com o setor privado.

Reportagem – Sílvia Mugnatto

topo 

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Debatedores defendem efetivação dos Centros de Desenvolvimento Regional

A efetivação do projeto-piloto de instituição dos Centros de Desenvolvimento Regional (CDR) como política pública do país, com ênfase no caráter inovador, esteve entre os pontos defendidos pelos debatedores que participaram de audiência pública, nesta quarta-feira (4), na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). Requerido pelo presidente do colegiado, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), o debate avaliou os resultados do programa, que foi desenvolvido pelo Ministério da Educação, com a contribuição sistemática das Instituições de Ensino Superior (IES) e da Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), para o desenvolvimento regional sustentável.

Iniciado em 2017, o programa estrutura Centros de Desenvolvimento Regional em universidades e instituições de ensino e pesquisa brasileiras para identificar cadeias produtivas que possibilitem o desenvolvimento das regiões. Ele vem sendo ampliado e já conta com cinco projetos-piloto com consórcios de municípios que buscaram nas universidades e na base tecnológica conhecimento adequado para propiciar o desenvolvimento regional. Já estão em processo avançado os polos das regiões de Campina Grande, do Distrito Federal, do Triângulo, que envolve os estados de Minas

Gerais, Goiás e São Paulo, do Sudoeste Paulista e do Rio Grande do Sul (região de Campanha).

A sensibilização dos atores locais, juntamente com a metodologia participativa para elaboração de estratégias e projetos inovadores objetivando o desenvolvimento dos municípios de uma determinada região que compartilham demandas em comum, foi ressaltada pelo presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Marcio de Miranda Santos.

A expansão das infraestruturas das IES e ICT, de acordo com ele, tem contribuído para o alinhamento de iniciativas locais com políticas e programas em âmbito regional e nacional. Ele também reconheceu a contribuição do Legislativo para aproximação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos na mobilização do conhecimento para o desenvolvimento de mapas que foram úteis na definição dos próprios Centros de Desenvolvimento Regional. Entre eles, citou o Mapa da Educação Superior, que apresenta um diagnóstico de onde estão sendo formados os profissionais conectando às demandas de mercado, o Mapa da Educação Profissional, Mapas de Dinâmica Regional, entre outros.

— Quando você combina esse conjunto de dados, você tem quadros muito detalhados das possibilidades que se verificam a nível da região alvo de um CDR, e isso está sendo utilizado fortemente na preparação das iniciativas, dentro do programa — afirmou.

Financiamento

O apoio da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, abrange todo o sistema de ciência, tecnologia e informação, envolvendo a infraestrutura científica, pesquisa e o processo de inovação nas empresas para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços, como explicou o gerente da Filial Brasília da Finep, Fernando Ribeiro.

Ele disse que, além do financiamento não reembolsável para as universidades e institutos de pesquisa, existem linhas de subvenção às empresas que podem auxiliar ainda mais a agenda promovida pelo programa dos CDR. Entre elas, citou o apoio direto a projetos de inovação de empresas já mais estruturadas, com foco nas micro e pequenas empresas, por meio do Programa Inova ou do Programa Centelha, este último, voltado para auxiliar na estruturação de startups e negócios de base tecnológica, desde o momento inicial.

— Poderia ser uma iniciativa, poderia ser um instrumento que a gente poderia mobilizar para apoiar projetos já mais maduros no âmbito do CDR, uma vez que você tem iniciativas já mais maduras, com produtos identificados, com empresas que vislumbrem a possibilidade de comercialização e inserção do produto no mercado — disse.

Ação integrada

A metodologia da nova política regional do Brasil, segundo a secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério de Desenvolvimento Regional, Adriana Melo Alves, tem dialogado bastante com a agenda de implantação dos CDR. Ela defendeu a proposta de trabalhar uma ação integrada com diversos ministérios, com coordenação também da Casa Civil e da Presidência da República, para que se consiga dotar os municípios, principalmente os de menor porte e localizados no interior do país,

de instrumentos que os auxiliem a fortalecer as suas capacidades de gerir seu próprio território.

Adriana citou como exemplo o Projeto Rotas de Integração, que trabalha as vocações produtivas dos territórios a partir da potencialidade latente e que, muitas vezes, é pouco explorada ou ainda tem fragilidades nos elos da cadeia.

— A proposta é estruturar a cadeia produtiva desde o insumo básico até a comercialização. Então nós temos o açaí, a biodiversidade na Amazônia; o cacau, desenvolvido no Sul da Bahia, também na região de Altamira; a Rota do Cordeiro, no coração do semiárido; a Rota da Economia Circular; a Rota da Fruticultura, do leite, do mel, do peixe; a oferta de soluções e estruturação de polos vocacionados para soluções baseadas nas tecnologias de informação e comunicação — citou.

Para o senador Izalci Lucas, autor do requerimento para realização da audiência e incentivador da efetivação dos CDR, a iniciativa só terá sucesso com a integração de todos os ministérios e órgãos fundamentais para a sua execução.

— Nenhum dos atores pode falhar. A gente não vai conseguir implementar uma política de desenvolvimento regional se não tiver o envolvimento do Ministério do Desenvolvimento Regional, da Educação, da Ciência e Tecnologia, da **Capes**, do CNPq. O segredo do sucesso desse projeto está na integração e efetivação — defendeu.

Pesquisa

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** fomenta atualmente cerca de 200 mil bolsas de pós-graduação no país, informou o presidente do órgão, **Anderson Correia**. Ele afirmou que, com o descontingenciamento dos recursos federais, a **Capex** vai poder aderir ao projeto-piloto dos Centros de Desenvolvimento Regional com a oferta de novas bolsas de mestrado a serem distribuídas nos polos já criados.

— Vamos aderir a esse programa colocando até 30 bolsas de mestrado, no valor de R\$ 540 mil por ano — anunciou.

topo ↕

AGORAMT - TEMPO REAL

Locais de prova do Prêmio Capes Talento Universitário estão disponíveis para consulta

Exame será realizado em 60 cidades brasileiras, no dia 8 de dezembro

Os estudantes inscritos no Prêmio **Capex** Talento Universitário já podem conferir onde irão fazer a prova. Para isso, basta acessar o site da premiação, que é organizada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

O exame será realizado em 60 cidades de todas as regiões do Brasil, no dia 8 de dezembro. A prova terá 80 questões de múltipla escolha e mil graduandos serão selecionados para receber uma premiação de R\$ 5 mil cada.

O objetivo do Prêmio **Capex** Talento Universitário é valorizar o trabalho dos universitários e as pesquisas da **Capex**, para a formulação de políticas públicas para a educação superior. O resultado será divulgado em fevereiro de 2020.

Para participar do Prêmio **Capes** Talento Universitário é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no ano de 2017 ou 2018, e ter ingressado, neste ano, em instituições públicas, privadas ou militares.

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

A TARDE ON LINE - TEMPO REAL

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 16,346 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil. “A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias

universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira, 29, o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em

estudos.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

Produção do pré-sal sobe 4,6% em outubro ante setembro, diz ANP
A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I - presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural - é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 16,346 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) - formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

"Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra", disse Kury à Agência Brasil. "A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]", acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

"Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios", afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** - que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras - e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

"Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo", acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

topo 

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

Ministro da Educação será convocado a prestar esclarecimentos na Câmara

O requerimento apresentado pelo deputado Danilo Cabral (PSB) e parlamentares de vários partidos para convocar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a prestar esclarecimentos na Comissão de Educação da Câmara Federal foi aprovado, durante a reunião nesta quarta-feira (4), por 24 votos favoráveis, dos 32 presentes. O objetivo dos deputados é ouvir o ministro sobre suas declarações relacionadas às universidades federais.

Entre os questionamentos dos deputados estão algumas declarações do ministro a exemplo da existência, segundo Abraham Weintraub, de plantações extensivas de maconha em algumas universidades federais, que seriam grandes a ponto de ter borrifadores de agrotóxico. Outra questão diz respeito a declaração Weintraub que chegou a dizer ainda que há laboratórios de química que estão desenvolvendo droga sintética, de metanfetaminas, porque a polícia não pode entrar nos campus.

“Ao invés de tomar conta da pauta estratégica da educação, o ministro insiste em fazer um debate periférico, ideológico, que não responde aos desafios do Brasil na área da

educação”, reagiu Danilo Cabral. O deputado cita, por exemplo, o desempenho brasileiro no Pisa (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes), que mostra que o país segue estagnado em nível bem abaixo da média da OCDE. Os dados revelam que 68% dos estudantes não souberam o básico de matemática; 50,1% apresentaram baixo desempenho em leitura e 55,3% e baixo desempenho em ciência.

Danilo Cabral ressalta que, ainda, mesmo em dezembro, não se sabe qual o orçamento que será executado pelo Ministério da Educação em 2019. “O ministro disse que havia descontingenciado todos os recursos da Educação e vimos, depois, que isso não era bem verdade. Há bloqueio em verbas da área de pesquisa, por exemplo”, afirmou o deputado. Ele apresentou um pedido de informação ao MEC sobre a execução orçamentária deste ano.

De acordo com informações publicadas pelo UOL, para a liberação de R\$ 1,1 bilhão para as universidades federais, foram bloqueados R\$ 480 milhões do Fies e R\$ 230 milhões do ensino médio em tempo integral. A **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** sofreu um congelamento de R\$ 120 milhões.

“Esse é outro assunto que precisamos de esclarecimentos. O ministro deve respeito ao cidadão brasileiro, especialmente aqueles que fazem a comunidade da educação, para além das declarações estapafúrdias. Precisamos saber qual o plano estratégico do MEC para o desenvolvimento da educação pública do Brasil”, frisou o parlamentar.

topo ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

ANP sugere que petrolíferas banquem estudos sobre manchas de óleo na costa brasileira

Companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do

setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato.

Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 16,346 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP.

Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil.

“A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da ANP, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes.

Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente,

alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho.

Ele cita iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo. (Com informações da Agência Brasil)

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Ministro da Educação será convocado por Comissão

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi convocado pela Comissão de Educação da Câmara Federal para prestar esclarecimentos sobre suas declarações relacionadas às universidades federais. O requerimento apresentado pelo deputado Danilo Cabral (PSB) e outros parlamentares de vários partidos e foi aprovado, durante a reunião desta quarta-feira (4), por 24 votos favoráveis, dos 32 presentes.

Os deputados pretendem questionar o ministro sobre a existência, segundo ele, de “plantações extensivas de maconha” em algumas universidades federais, que seriam grandes a ponto de ter borrifadores de agrotóxico. Weintraub chegou a dizer ainda que há laboratórios de química que estão “desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas”, porque a polícia não pode entrar nos campus.

“Ao invés de tomar conta da pauta estratégica da educação, o ministro insiste em fazer um debate periférico, ideológico, que não responde aos desafios do Brasil na área da educação”, criticou Danilo Cabral. O deputado cita, por exemplo, o desempenho brasileiro no Pisa (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes), que mostra que o país segue estagnado em nível bem abaixo da média da OCDE. Os dados revelam que 68% dos estudantes não souberam o básico de matemática; 50,1% apresentaram baixo desempenho em leitura e 55,3%, baixo desempenho em ciência.

Danilo Cabral ressalta que ainda, mesmo em dezembro, não se sabe qual o orçamento que será executado pelo Ministério da Educação em 2019. “O ministro disse que havia descontingenciado todos os recursos da Educação e vimos, depois, que isso não era bem verdade. Há bloqueio em verbas da área de pesquisa, por exemplo”, afirmou o deputado. Ele apresentou um pedido de informação ao MEC sobre a execução orçamentária deste ano.

De acordo com informações publicadas pelo UOL, para a liberação de R\$ 1,1 bilhão para as universidades federais, foram bloqueados R\$ 480 milhões do Fies e R\$ 230 milhões do ensino médio em tempo integral. A **Capes (Coordenação de**

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sofreu um congelamento de R\$ 120 milhões.

“É outro assunto que precisamos de esclarecimentos. O ministro deve respeito ao cidadão brasileiro, especialmente aqueles que fazem a comunidade da educação, para além das declarações estapafúrdias. Precisamos saber qual o plano estratégico do MEC para o desenvolvimento da educação pública do Brasil”, concluiu Danilo Cabral.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Capes autoriza Ifam a ofertar doutorado profissional em Ensino Tecnológico em Manaus

Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico do Instituto tem previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2020.

A oferta do curso do doutorado profissional em Ensino Tecnológico no Instituto Federal do Amazonas (Ifam) foi autorizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A aprovação foi publicada no último dia 22 de novembro, após dois anos da submissão da proposta à fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

O edital de seleção do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico do Instituto tem previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2020. O curso terá sede no Campus do Ifam, localizado no Centro de Manaus.

De acordo com o pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto, professor José Pinheiro de Queiroz Neto, a conquista é um marco histórico que vai além da Instituição. “A aprovação é um trabalho árduo dos professores, colegas do Campus Manaus Centro, local onde já existe um programa de mestrado”, ressaltou.

No Ifam, o curso de doutorado será viabilizado pelo Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico (MPET). A coordenadora do programa de pós-graduação, professora Andreia Mendonça, afirma que a aprovação do doutorado não pertence apenas ao Ifam, mas a toda Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

“Uma vez que a gente consegue aprovar um doutorado profissional abre uma oportunidade de formação de excelência e contribui para formação de uma massa crítica na região Norte. Conseguimos ir para outro nível da verticalização do ensino e ficamos muito felizes por essa conquista”, pontuou.

Para o professor Amarildo Gonzaga, idealizador da proposta que, posteriormente, foi feita em colaboração com um grupo de professores do Mpet, a aprovação do doutorado legitima a identidade da pós-graduação no contexto educacional, não só amazônico, mas também brasileiro.

“Tenho orgulho de participar do processo de aprovação do doutorado. É um projeto de vida meu e dos meus colegas de trabalho e uma conquista para a sociedade”, disse.

Segundo o reitor do Ifam professor Antonio Venâncio Castelo Branco "Esse é um momento histórico para o Ifam, pois agora temos um programa de doutorado, o único entre as institutos da região norte, e com isso vai se consolidado a missão do Ifam que é

verticalizar o ensino, sem dúvida quem ganha com isso é a região que cada vez mais irá se desenvolver e evoluir, tudo isso através da educação", destacou.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - TEMPO REAL

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 15,810 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil. “A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

[topo](#)

IBAHIA - NOTÍCIAS

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo
Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação

(PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 16,346 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil. “A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região

Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

topo 

IBAHIA - NOTÍCIAS

IFBA abre inscrições para contratação de professores

Interessados podem realizar as inscrições até o 12 de dezembro de 2019

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) abriu inscrições para dois processos seletivos hoje (5). Ao todo, são 37 vagas para profissionais que tenham graduação, licenciatura ou pós-graduação. Os interessados podem realizar as inscrições até o 12 de dezembro de 2019, no site da instituição.

No edital nº 03/2019, as vagas são para os cargos de professores formadores bolsistas para o curso de licenciatura em educação física, nos seguintes componentes: Anatomia do Aparelho Locomotor (1); Antropologia e Sociologia da Educação Física e Esporte (1); Biologia Celular e Bioquímica (1); Crescimento e Desenvolvimento Humano (1); Fisiologia Humana (1); Fundamentos da Educação I (1); História da Educação Física (1); Introdução à Educação Física (1); Introdução aos Estudos a Distância (1); LIBRAS (1); Metodologia do Ensino da Dança (1); Metodologia do Ensino da Ginástica (1); e para o curso de Bacharelado em Administração Pública, nos componentes: Teoria e Prática do Lazer (1); Filosofia e Ética (1); Teorias da Administração I (1); Introdução à Economia (1); Psicologia Organizacional (1); Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração (1); Ciência Política (1); Teorias da Administração II (1); Macroeconomia (1); Contabilidade Geral (1); Matemática para Administradores (1).

VEJA MAISEmpresa portuguesa abre 100 vagas de emprego para contratação de brasileirosCCR Metrô Bahia abre vagas de empregosPrefeitura baiana abre 30 vagas para níveis fundamental e técnico; confiraGerdau está com inscrições abertas para programa de estágio; 130 vagas

Já o edital nº 04/2019 traz chances de tutores bolsistas para atuarem nos cursos de Licenciatura em Educação Física (6) e Bacharelado em Administração Pública (8), distribuídas nos seguintes pólos: Brumado (1); Feira de Santana (1); Ibicuí (2); Ilhéus (2); Itabuna (2); Itapetinga (1); Itapicuru (1); Jequié (2); Salvador (1); Vitória da Conquista (1).

O processo seletivo contará com análise da documentação, análise de currículo e entrevista. Os aprovados atuarão no programa universidade aberta do Brasil - UAB/CAPES, no campus de Ilhéus, com salário base variando entre R\$ 765 a R\$ 1.300.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 15,810 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas

petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil. “A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho, citando iniciativas como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I - presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural - é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 16,346 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) ? formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

"Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo (sobre o óleo de origem desconhecida), eles (os grupos de trabalho criados pelo GAA) podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra", disse Kury. "A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada (à ANP)", acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

"Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos (do GAA) precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios", afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** - que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras - e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

"Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo", acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

Agência Brasil

topo 

JUSBRASIL - TEMPO REAL

Decisão favorável em caso de Ciências sem Fronteiras

Em novembro nosso escritório conseguiu decisão liminar favorável em Mandado de Segurança para autorizar a permanência de nosso cliente no exterior para realização de pesquisa de pós-doutorado sem necessidade de ressarcimento ao erário até seu retorno – o chamado adiamento do período de interstício. Ocorre que ele havia terminado o doutorado pleno no exterior com bolsa CNPq e conseguiu emendar contrato de pesquisa com prazo determinado para realizar seu pós-doutorado, ainda no exterior, em instituição de pesquisa de excelência. Entretanto, pelas vias administrativas, o CNPq não havia autorizado o adiamento.

Ocorre que o CNPq não tem regulado o adiamento do período de interstício, aquele período em que o ex-bolsista deve retornar ao Brasil para ficar tempo igual ou superior ao período concedido de bolsa. Mesmo assim o Conselho vem acatando os pedidos de ex-bolsistas para adiar o período de interstício. A **Capes**, diferentemente, regulamenta as possibilidades de suspensão e adiamento do período de interstício.

Nesse caso, ele havia pedido ao CNPq que adiasse seu retorno ao Brasil para que pudesse realizar a pesquisa. Todas as suas solicitações foram realizadas dentro dos

prazos estipulados e estavam devidamente fundamentadas, o que foi reconhecido pelos pareceres das áreas técnicas do Conselho. No entanto, quando o pedido chegou à instância de decisão, não foi aprovado. Não restou outra alternativa senão ajuizar Mandado de Segurança que assegurasse uma decisão adequadamente motivada, razoável e isonômica da Administração Pública. Foi o que ocorreu, o juízo reconheceu o direito do ex-bolsista de realizar pesquisa pós-doutoral no exterior, adiando seu retorno ao país para cumprir o período de interstício.

Importante salientar que a decisão, ainda que provisória, pois em sede liminar, reconheceu a importância da capacitação dos pesquisadores brasileiros em instituições de excelência:

Houve, por fim, concordância das áreas técnicas com o requerimento, uma vez que o local de possível estudo do impetrante é referência mundial, o que poderia trazer bons conhecimentos para o país, apenas com uma postergação desse interstício ou mesmo com condicionantes outras para esse cumprimento (trabalho a distância, por exemplo).

De todo o contexto, noto que o autor busca a capacitação que pode redundar em proveito científico para o país, sem adição de custos para o CNPQ. Ademais, a todo tempo na via administrativa, tentou não se furtar ao cumprimento da obrigação legal a que se comprometeu, mas apenas postergar seu cumprimento ou ainda executá-lo de maneira diversa, mas igualmente proveitosa.

Fato é que, em tempo de novas tecnologias, as quais tem se mostrado inquestionáveis e exitosas, inclusive no aumento de produtividade dos trabalhadores e na difusão do conhecimento, não se pode negar ao autor, no caso concreto, a capacitação em instituto de ponta, com a cobrança de compromisso assumido de forma imediata, perdendo-se a chance de melhor aquisição do conhecimento por pesquisador brasileiro.

Se você é bolsista ou ex-bolsista do Programa Ciências sem Fronteiras, em nosso blog você encontrará textos diversos sobre o assunto, tais como: devolução de valores, novação e como conseguir carta de não-objeção. Se ainda está em dúvida, não deixe de procurar um advogado. A Valente Reis Pessali Sociedade de Advogados é especializada no tema.

#direitoadministrativo #cnpq # capes

Saiba mais: <http://valentereispessali.com.br/home/2019/12/04/decisao-favoravel-em-caso-de-ciencias-sem-fronteiras/>

topo ↕

NE 10 - TEMPO REAL

Weintraub é convocado para falar sobre ‘produção de maconha’ nas universidades na Câmara dos Deputados

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi convocado pela Comissão de Educação da Câmara Federal para prestar esclarecimentos sobre suas declarações relacionadas às universidades federais.

O requerimento apresentado pelo deputado Danilo Cabral (PSB) e outros parlamentares de vários partidos foi aprovado durante a reunião nesta quarta (4), por 24 votos favoráveis, dos 32 presentes.

Os deputados pretendem questionar o ministro sobre a existência, segundo ele, de “plantações extensivas de maconha” em algumas universidades federais, que seriam grandes a ponto de ter borrifadores de agrotóxico.

Weintraub chegou a dizer que há laboratórios de química que estão “desenvolvendo laboratórios de droga sintética, de metanfetaminas”, porque a polícia não pode entrar nos campus.

“Ao invés de tomar conta da pauta estratégica da educação, o ministro insiste em fazer um debate periférico, ideológico, que não responde aos desafios do Brasil na área da educação”, disse Danilo Cabral.

O deputado cita, por exemplo, o desempenho brasileiro no Pisa (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes), que mostra que o país segue estagnado em nível bem abaixo da média da OCDE.

Os dados revelam que 68% dos estudantes não souberam o básico de matemática; 50,1% apresentaram baixo desempenho em leitura e 55,3%, baixo desempenho em ciência.

Danilo Cabral disse que, mesmo em dezembro, não se sabe qual o orçamento que será executado pelo Ministério da Educação em 2019.

“O ministro disse que havia descontingenciado todos os recursos da Educação e vimos, depois, que isso não era bem verdade. Há bloqueio em verbas da área de pesquisa, por exemplo”, afirmou o deputado.

Ele apresentou um pedido de informação ao MEC sobre a execução orçamentária deste ano.

De acordo com informações publicadas pelo UOL, para a liberação de R\$ 1,1 bilhão para as universidades federais, foram bloqueados R\$ 480 milhões do Fies e R\$ 230 milhões do ensino médio em tempo integral.

A **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** sofreu um congelamento de R\$ 120 milhões.

“É outro assunto que precisamos de esclarecimentos. O ministro deve respeito ao cidadão brasileiro, especialmente aqueles que fazem a comunidade da educação, para além das declarações estapafúrdias. Precisamos saber qual o plano estratégico do MEC para o desenvolvimento da educação pública do Brasil”, afirmou Danilo Cabral, na Câmara dos Deputados.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em

estudos. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 15,810 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil. “A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba,

Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

**ANP sugere que empresas financiem estudos sobre manchas de óleo
Obrigadas por contrato, as companhias petrolíferas devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos**

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos. A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo GAA (Grupo de Acompanhamento e Avaliação), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 16,346 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – formado por representantes da Marinha, do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil. “A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do IEAPM (Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente,

alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) anunciou, junto com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

topo ↕

ULTIMO SEGUNDO - TEMPO REAL

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As petrolíferas são obrigadas por contrato a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Só este ano devem ser R\$ 2 bilhões em estudos

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

As petrolíferas são obrigadas por contrato a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). As companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos.

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I – presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural – é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 15,810 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem

como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

“Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra”, disse Kury à Agência Brasil. “A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]”, acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

“Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios”, afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras – e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

“Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para

entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo”, acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

ANP sugere que petrolíferas financiem estudos sobre manchas de óleo

As empresas petrolíferas que exploram campos de petróleo e gás no Brasil poderão custear estudos para estimar o total de óleo derramado ao longo da costa brasileira. Obrigadas, por contrato, a aplicar recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), as companhias devem ter que investir, só este ano, cerca de R\$ 2 bilhões em estudos.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) sugere que parte desta quantia seja utilizada para custear os grupos de trabalho que reúnem pesquisadores convidados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), que coordena, no âmbito federal, as ações de acompanhamento da situação do óleo no litoral.

Produção do pré-sal sobe 4,6% em outubro ante setembro, diz ANP

A aplicação dos recursos da cláusula de PD&I - presente nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural - é fiscalizada pela agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Os cerca de R\$ 2 bilhões estimados para este ano equivalem à cerca de 40% de todo o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para este ano, que é de R\$ 5,09 bilhões. Desse total, até o início de dezembro, cerca de R\$ 4,697 bilhões estavam disponíveis para empenho.

Cláusula obrigatória

Desde a chamada Rodada Zero, em 1998, os contratos que a ANP assina com as empresas ou consórcios vencedores dos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás contêm cláusulas estabelecendo a obrigação das concessionárias destinarem um percentual da receita bruta da produção para pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato. Entre 1998 e o segundo trimestre deste ano, as empresas petrolíferas foram obrigadas a investir R\$ 16,346 bilhões em projetos de PD&I. A empresa que mais alocou recursos foi a Petrobras.

Para o diretor da ANP, Felipe Kury, os recursos obrigatórios ainda não destinados, bem como os futuros, podem beneficiar os grupos de trabalho organizados pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) - formado por representantes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da própria ANP. Pelas regras, esses recursos devem ser executados por empresas petrolíferas, companhias brasileiras ou instituições credenciadas.

"Em função da natureza dos grupos de trabalho e das pesquisas que estão desenvolvendo [sobre o óleo de origem desconhecida], eles [os grupos de trabalho criados pelo GAA] podem submeter os estudos e pleitear que sejam custeados por esta regra", disse Kury à Agência Brasil. "A maior parte das entidades de pesquisa do país já está credenciada [à ANP]", acrescentou o diretor da agência, assegurando que várias universidades federais já recorrem a esta fonte de recursos para custear projetos de

proteção ambiental e de pesquisa em produção e exploração de petróleo.

Sete grupos de trabalho foram criados no âmbito do GAA para integrar os pesquisadores e institutos científicos que atuam nas regiões poluídas pelo produto. Há um grupo de modelagem e sensoriamento remoto que estuda o comportamento e a dispersão do óleo no oceano. Outro avalia as interações dos seres vivos, incluindo a flora marinha, com os compostos físicos e químicos poluentes. Há também grupos que avaliam os impactos socioeconômicos do vazamento e o impacto do produto poluente sobre as áreas protegidas. Outros três grupos específicos tratam das praias, mangues e recifes.

Segundo o GAA, os grupos de trabalho reúnem mais de 100 pesquisadores e cientistas ligados a universidades e institutos de pesquisa nacionais, principalmente da Região Nordeste, onde todos os nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) foram atingidos por manchas e fragmentos de óleo que, posteriormente, chegaram ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na Região Sudeste. De acordo com o último relatório divulgado pelo Ibama, 866 pontos de 127 municípios foram afetados.

Voluntariado

Na última sexta-feira (29), o coordenador científico do GAA, Ricardo Coutinho, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), órgão subordinado à Marinha, afirmou que, até o momento, todas as ações realizadas pelos cientistas convidados foram voluntárias.

"Não há uma verba específica para esta atuação emergencial, embora, evidentemente, alguns gastos [do GAA] precisem ser custeados. Houve, sim, por meio do GAA, articulações com alguns órgãos públicos e ministérios", afirmou Coutinho, citando iniciativas como a da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** - que vai destinar R\$ 1,3 milhão para projetos de pesquisa sobre o derramamento de óleo nas praias brasileiras - e o programa que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prevendo o aporte de R\$ 28 milhões em estudos de prevenção e combate ao desastre.

"Através do GAA, os pesquisadores têm participado das discussões sobre como estes recursos vão ser implantados. E, em breve, deveremos ter uma clara visão de quais programas e projetos deveriam ser incentivados em curto espaço de tempo para entendermos esta situação inédita que é o derramamento deste óleo", acrescentou Coutinho, lembrando que agências de apoio à pesquisa estaduais também já disponibilizaram recursos para custear pesquisas sobre o derramamento de óleo.

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - GERAL

Prova do Prêmio Capes no dia 8

UNIVERSITÁRIO

As provas da primeira edição do Prêmio **Capes** Talento Universitário ocorrem, no próximo domingo (8), em 60 cidades de todo o País. Mais de 21 mil estudantes, que ingressaram no ensino superior em 2019 e fizeram o Enem em 2017 ou 2018, concorrem aos mil prêmios de R\$ 5 mil cada, num total de R\$ 5 milhões. O resultado será divulgado pela **Capes** em fevereiro de 2020.

topo ↕

DESTAK - BRASIL

Brasil está entre os piores na educação

O Brasil continua com desempenho ruim e aparece entre as 20 piores colocações no ranking das três áreas analisadas pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), principal avaliação da educação básica no mundo. Segundo o relatório divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o país não teve avanços significativos no desempenho dos estudantes em leitura, matemática e em ciências. Mas, apesar do resultado, o Brasil ainda fica à frente de países latinos como a Argentina, a Colômbia e o Panamá em uma ou mais disciplinas. Outros países da região, como Uruguai, Chile e México, apresentam resultados superiores aos do Brasil.

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

Suspeita de licitação irregular

A Controladoria-Geral da União (CGU) detectou irregularidades em uma licitação de R\$ 3 bilhões do Ministério da Educação (MEC), que poderiam gerar prejuízos milionários aos cofres públicos, e recomendou a suspensão do pregão eletrônico. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pelo processo de contratação, seriam destinados a comprar equipamentos de informática para abastecer escolas de todo o país.

Após o relatório de auditoria da CGU, finalizado em outubro, o FNDE está refazendo o edital para corrigir os desvios. Em nota, a assessoria do órgão informou que a atual gestão da autarquia, atualmente presidida por Rodrigo Dias, determinou a suspensão assim que assumiu, em setembro.

A contratação faz parte do Programa Educação Conectada, que vai adquirir computadores, notebooks, projetores e lousas digitais para alunos das redes públicas de ensino estaduais e municipais. Pelo valor e pela natureza da contratação, de R\$ 3 bilhões, a CGU aponta que deveria ter sido solicitada autorização do Ministério da Economia, o que não ocorreu no caso.

Segundo o relatório da auditoria, a licitação estimou um número maior do que o necessário de computadores a serem adquiridos, usando critérios falhos e sem base técnica. Por isso, havia risco de aquisição de mais computadores do que a real necessidade das escolas, resultando no desperdício de dinheiro público. A investigação constatou que 355 escolas demandaram mais laptops do que seu número real de alunos.

“O caso que mais chamou a atenção diz respeito à Escola Municipal Laura Queiroz, do município de Itabirito/MG, que registrou a demanda de 30.030 laptops educacionais, embora a escola só tenha registrada na planilha o número de 255 alunos (117,76 laptops por aluno)”, registrou a CGU.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Unesp divulga lista de aprovados para 2ª fase do vestibular 2020; confira Exame disponibiliza 7.725 vagas; 3.878 são destinadas a estudantes da rede pública e candidatos pretos, pardos e indígenas

SÃO PAULO – A Universidade Estadual Paulista (Unesp) divulgou nesta quarta-feira, 4, o resultado da primeira fase do vestibular 2020, com oferta de 7.725 vagas em 24 cidades do Estado de São Paulo.

A consulta do desempenho na prova realizada em 15 de novembro e a eventual consulta de local de prova dos convocados para a segunda fase poderão ser feitas no site da Fundação Vunesp, responsável pelo exame.

A lista de convocados para a segunda fase e a tabela com o número mínimo de acertos por curso dos convocados serão divulgadas no decorrer do dia 4, no site da Vunesp e também na página vestibular.unesp.br.

As provas comuns da segunda fase serão aplicadas nos dias 15 e 16 de dezembro, um domingo e uma segunda-feira, em 31 cidades paulistas (além das 24 onde estão sendo oferecidos cursos, os exames ocorrerão em Americana, Campinas, Guarulhos, Jundiá, Piracicaba, Ribeirão Preto e Santo André) e ainda em Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e Uberlândia (MG).

Para os cursos do Instituto de Artes, na capital, e de Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais e Design, em Bauru, é aplicada a prova de habilidades, entre os dias 8 e 14 de dezembro, conforme o calendário do Manual do Candidato, disponível para consulta na página da Vunesp.

Vagas para negros, pardos, indígenas e estudantes de escola pública

A Unesp destina metade das vagas por curso (total de 3.878 vagas entre as 7.725 do vestibular) ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública. Destas vagas do sistema, reserva 35% a quem se autodeclara preto, pardo ou indígena (PPI).

Distribuição de vagas por cidades

As 7.725 vagas do Vestibular Unesp 2020 são para as seguintes cidades:

Araçatuba: 170 vagas
Araraquara: 855
Assis: 405
Bauru: 1.085
Botucatu: 600
Dracena: 80
Franca: 410
Guaratinguetá: 310
Ilha Solteira: 470
Itapeva: 80
Jaboticabal: 280
Marília: 475
Ourinhos: 90
Presidente Prudente: 640
Registro: 80
Rio Claro: 490
Rosana: 80
São João da Boa Vista: 80
São José do Rio Preto: 460
São José dos Campos: 120

São Paulo: 185
São Vicente: 80
Sorocaba: 80
Tupã: 120

Para saber mais informações sobre o vestibular, os candidatos podem telefonar no número (11) 9874-6300, em dias úteis, das 8 horas às 18 horas; ou acessar os sites vestibular.unesp.br e www.vunesp.com.br.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

O que pensam alunos das redes pública e privada sobre a educação no Brasil Grupos do 1º e do 2º ano do ensino médio falaram ao Estado sobre assuntos como bullying, desigualdades e pressão social

SÃO PAULO - O que ajuda a explicar o desempenho fraco do Brasil no Pisa, principal avaliação internacional de educação básica? Além de procurar respostas para esse questionamento com especialistas em educação, o Estado ouviu quem vive a situação no dia a dia ao conversar com estudantes do primeiro e do segundo ano de duas instituições da cidade de São Paulo, uma pública e a outra, privada.

O grupo de 27 alunos da Escola Estadual São Paulo, no Parque Dom Pedro II, região central, apontou diversas vezes que era “privilegiado” por estar em uma instituição pública considerada modelo e que oferece educação integral. Mesmo assim, parte deles relatou dificuldades, como levar até uma hora e meia de transporte público, pois as opções próximas de casa não são tão boas.

“Todos os meus irmãos trabalharam durante o ensino médio (e estudavam à noite). Nisso, sou um privilegiado. Às vezes, até os pais não entendem a importância”, conta Gustavo Galvão, de 16 anos. “Quando a minha mãe veio aqui, falei: Professora, quando falar com a minha mãe, explica a importância de eu focar mais nos estudos.”

Quando a minha mãe veio aqui, falei: Professora, quando falar com a minha mãe, explica a importância de eu focar mais nos estudos
Gustavo Galvão, estudante de 16 anos

Ele mora na Vila Nova Galvão, bairro da zona norte, a quase 20 quilômetros de distância do centro.

“Engraçado que quem mora na Vila Galvão procura escola no Jaçanã, quem mora no Jaçanã procura no centro, porque não tem oportunidade onde se mora.”

Laura Oliveira, de 16 anos, também considera que as desigualdade sociais impactam no baixo desempenho do Brasil no Pisa.

“Tudo influencia, sua casa, a saúde. Se não dão uma estrutura para a gente, a gente não consegue estudar direito. Quem mora longe, já chega cansado”, comenta ela, que também leva mais de uma hora até o colégio. “Se tivesse escolas como essa na minha zona, não estaria aqui. Se tivesse empregos, minha família não mudaria tanto. Aí, quem sabe, o gráfico (do Brasil no Pisa) poderia subir. Isso porque os professores dizem que a nossa escola é uma bolha.”

Se não dão uma estrutura para a gente, a gente não consegue estudar direito. Quem mora longe, já chega cansado
Laura Oliveira, estudante de 16 anos

Laura e outros alunos relatam ter convidado amigos para estudar na São Paulo, mas que a carga letiva (de cerca de 9 horas) foi um dos principais empecilhos.

“Aqui mesmo, quando o ensino ficou integral, muitos saíram para trabalhar”, explica Ronaldo Oliveira, de 15 anos.

Outra questão que afasta os alunos são os relatos de roubos e furtos na região.

“Antes, quando um aluno era assaltado, chegava nervoso, transtornado. Isso fica na cabeça”, comenta Gustavo.

Já Ester Kerolyn Lima, de 16 anos, relata ter percebido diferenças quando visitou amigos em Orlando, nos Estados Unidos.

“Eles não precisam se preocupar em como ir para escola, o ônibus busca em casa, eles têm bom material de informática, com computador da Apple, as escolas são enormes, e são públicas.”

Eles também comentam que atividades, como o acolhimento de novos alunos, também ajuda a atenuar o bullying.

“Na minha antiga escola, tinha um amigo que era bem afeminado. Eu e uma amiga tivemos de ir na diretoria reclamar para fazerem alguma coisa (contra o bullying que o garoto sofria). Os gays assumidos eram trancados nos banheiros, e a direção não fazia nada, só quando era algo muito grave”, recorda Laura.

Neste momento da conversa, um rapaz que não tinha se manifestado até então comentou que parou de sofrer bullying apenas quando a São Paulo se tornou de turno integral. “O acolhimento fez as pessoas se conhecerem mais”, comentou.

“No decorrer do tempo, vai ser muito melhor”, aposta Gustavo.
Rede particular

O Estado também conversou com sete estudantes do 1º e do 2º ano do ensino médio do Centro Educacional Pioneiro, na Vila Clementino, zona sul da capital. Entre eles, a maioria dos comentários fazia referência à pressão por tirar boas notas e passar no vestibular e ao sistema de ensino em geral.

Centro Educacional Pioneiro

O Centro Educacional Pioneiro se localiza na Vila Clementino, zona sul de São Paulo

Foto: Centro Educacional Pioneiro

Eles comentam que professores não têm metodologias de ensino adaptadas aos jovens de hoje, repetindo fórmulas (como passar muito material para copiar) e não trazendo atividades atrativas e práticas, que poderiam ser mais interessantes - como estudar barroco em uma igreja antiga ou ensinar geopolítica com música, exemplificam. Por

isso, alguns preferem estudar por vídeos e afins.

“Me vejo lecionando no futuro. E a minha preocupação é ser um professor que realmente se preocupa se os alunos estão entendendo a matéria”, comenta Arthur Zamonaro, de 15 anos.

Para ele, o fato de o ensino no Brasil ainda estar mal avaliado mostra que são necessárias revisões. “Nosso método não está dando certo. As tecnologias são diferentes, os presidentes são diferentes, os professores são diferentes. O que está dando errado então? Quem garante que, em 2021, o Brasil vai se sair melhor no Pisa?”, questiona.

“Se aumentou pouco é porque se investiu no que não está dando certo”, completa Aika Takahashi, de 15 anos.

Os alunos comentam, contudo, que o esforço para melhorar o desempenho não depende só das instituições, mas também dos estudantes.

“Faz parte se esforçar para não dormir, perguntar para o amigo do lado se tem uma dúvida”, afirma Victor Martins, de 16 anos.

Outra questão é o constrangimento de tirar dúvidas com o professor ou de sofrer algum tipo de segregação por ser bom ou mau aluno. Eles comentam de casos de colegas que chegaram a passar mal por causa de provas e da competição por melhor desempenho. “É humilhante ficar de recuperação. Repetir de ano é humilhante”, comenta Enzo de Almeida, de 16 anos.

“A gente pode ser taxado de burro se não souber uma coisa, o professor mostrar a prova”, acrescenta Gabriel Bertolly, de 16 anos.

“A gente entra na escola feliz, no fundamental, que vai fazer amigos. Aí vem um taco de beisebol na nossa direção que são as notas, a cobrança. A cobrança só aumentando em uma bola de neve”, desabafa Enzo.

vem um taco de beisebol na nossa direção que são as notas, a cobrança. A cobrança só aumentando em uma bola de neve
Enzo de Almeida, estudante de 16 anos

“A nota tem um lado bom, que é da autoestima, mas o lado ruim é que a gente estuda um dia antes, tira uma boa nota e depois já esqueceu”, comenta Victor.

A nota tem um lado bom, que é da autoestima, mas o lado ruim é que a gente estuda um dia antes, tira uma boa nota e depois já esqueceu
Victor Martins, estudante de 16 anos

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**MEC cruzou os braços, diz Tabata após apresentação de relatório na Câmara
Após pedido de vista, comissão de acompanhamento do ministério votará o texto na semana que vem**

BRASÍLIA- A Comissão Externa de acompanhamento do Ministério da Educação (MEC) na Câmara (Comex/MEC) apresentou nesta quarta-feira o relatório que faz 53 recomendações ao Poder Executivo . O documento é fruto da primeira etapa do trabalho da comissão, que continuará a acompanhar a pasta no próximo ano. O texto será votado na próxima semana devido a um pedido de vista do deputado Diego Garcia (PODE-PR).

Durante a apresentação, os deputados que participaram da confecção do relatório frisaram a falta de planejamento no ministério. Coordenadora do grupo, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) afirmou que discussões ideológicas têm travado a condução de políticas no MEC e defendeu que a pasta faça uma correção de rota.

Caso o relatório seja aprovado na próxima sessão, a intenção do grupo é apresentá-lo pessoalmente ao ministro e estabelecer prazos para monitoramento das medidas. O mesmo será feito em relação às recomendações emitidas ao Poder Legislativo. A Comex/MEC pretende criar um painel de acompanhamento dos projetos de lei ligados à educação para dar celeridade à tramitação.

- O MEC cruzou os braços, o ministro cruzou os braços. Tivemos vários debates, embates, demissões e coisas ideológicas, mas aluno e professor continua desassistido e mais que no passado, o que é extremamente preocupante. Queremos te ruma conversa madura, responsável e dizer que podemos discordar em várias coisas, mas aluno e professor não está nem aí para isso. Eles querem que alguma coisa aconteça. A gente vai continuar lutando para ter um diálogo com MEC e dentro da Câmara- disse a deputada, completando:

- A gente espera que no próximo ano consiga corrigir a rota e recuperar um pouco do que foi perdido.

O relatório da comissão, que veio a público na semana passada, destaca a gestão "insuficiente do MEC" e afirma que nada foi feito em áreas consideradas prioritárias pelo próprio governo, como a alfabetização. Segundo o documento, o recurso empregado na alfabetização foi próximo de zero. A execução orçamentária também foi mínima em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), chegando a apenas 1% até novembro deste ano.

- Tenho certeza que a Comissão vai olhar para quão técnico e profundo foi o trabalho. A gente se ateu a falar de uma execução orçamentária, ou seja, de dinheiro que chegou na escola e secretaria próximo a zero. A gente falou de alunos que estão hoje sem nenhum direcionamento, sem nenhuma chance de de fato aprenderem a ler e escrever. Não há nenhum projeto concreto para professores e secretaria de alfabetização- afirmou a deputada Tabata Amaral.

Falta de articulação

Criada em abril deste ano para fiscalizar a gestão do ministério, a Comex/MEC analisou sete áreas consideradas estratégicas: planejamento e gestão; orçamento; Enem; formação docente; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); educação superior e pesquisa; e avaliações periódicas de desempenho, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Relator da proposta, o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) destacou a falta de articulação do MEC com secretarias estaduais e municipais, o que, na opinião dele, atrapalha a implementação de políticas públicas.

- (Um aspecto grave é) a falta de articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais. Seja na formação de professores, na BNCC, na alfabetização tudo depende de uma coordenação federativa muito bem feita. Como não temos mais uma secretaria que faz isso, se dissolveu no meio das outras, ficou comprometida a execução (orçamentária)- criticou Rigoni.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Unesp divulga lista de aprovados para a segunda fase do vestibular Prova ocorre nos dias 15 e 16 de dezembro. Universidade oferece 7.725 vagas para 2020.

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) divulgou na manhã desta quarta-feira (4) a lista de aprovados para a segunda fase do vestibular. A segunda fase ocorre nos dias 15 e 16 de dezembro.

Veja a lista de aprovados no site da Unesp
São oferecidas 7.725 vagas, sendo 50% das vagas por curso (total de 3.878 vagas) destinadas ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública. Dessas vagas do sistema, reserva 35% a quem se autodeclara preto, pardo ou indígena.

A Unesp divulga em 27 de janeiro os nomes dos aprovados. A matrícula deverá ser realizada entre os dias 27 e 28 de janeiro.

Na primeira fase, dos 95.440 candidatos inscritos, 88.194 fizeram a prova em 35 cidades, sendo 31 no estado de São Paulo. Eles responderam a 90 questões de múltipla escolha.

Prova

A segunda fase do vestibular terá 36 questões discursivas e uma redação em gênero dissertativo e será realizada em dois dias:

1º dia: 24 questões, sendo 12 de Ciências Humanas (elementos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia) e 12 de Ciências da Natureza e Matemática (elementos de Biologia, Química, Física e Matemática).

2º dia: 12 questões de Linguagens e Códigos (elementos de Língua Portuguesa e Literatura, Língua Inglesa, Educação Física e Arte) e Redação.

Duração: 4 horas e 30 minutos.

Gabarito

Veja o gabarito da prova da primeira fase abaixo:

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Por que a China lidera ranking de educação básica no mundo Líderes na principal avaliação da educação básica do mundo, país teve teste realizado em regiões mais desenvolvidas, mas ainda assim resultado representa população estimada em 180 milhões de pessoas

Estudantes chineses obtiveram o melhor desempenho na principal avaliação de qualidade da educação básica do mundo, o PISA. Eles lideram o ranking nas três áreas

do conhecimento testadas: leitura, matemática e ciências. Os resultados divulgados nesta terça (3) expõem a força econômica do país para o futuro e provocam os países desenvolvidos a acompanhá-los.

A prova aplicada a cada triênio pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avaliou as províncias chinesas Pequim, Xangai, Jiangsu e Zhejiang, consideradas regiões mais ricas. Mesmo os alunos mais desfavorecidos dessas localidades exibiram habilidades acima da média do exame. O sucesso, no entanto, é questionado por não abarcar outras áreas do país, o que não representaria com precisão a realidade de milhões de estudantes que vivem nas periferias e regiões rurais.

A despeito das indagações, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, classificou o desempenho chinês como "impressionante". No relatório do PISA, ele argumenta que os níveis de renda dos locais avaliados ainda estão abaixo da média dos registrados em países membros da organização.

"Essas quatro províncias do leste da China estão longe de representar o país como um todo, mas o tamanho de cada uma delas se compara ao de um país típico da OCDE, e suas populações somam mais de 180 milhões", afirmou Gurría, acrescentando: "A qualidade de suas escolas hoje contribuirá para a força de suas economias amanhã".

No caso dos países do grupo de desenvolvidos, a renda familiar per capita é de US\$ 30.500, mais que o triplo dos níveis mais altos observados na China, de acordo com a CNN. Os dados correspondem aos números de um índice mais recente da OCDE, chamado Better Life Index.

Em 2015, último ano da avaliação, a China não figurava nem entre os cinco primeiros países do ranking. Quem liderava era Cingapura, que caiu para o segundo lugar - embora o relatório considere a diferença de pontuação quase irrelevante em termos estatísticos. A queda no ranking, porém, não significa piora nos índices. Ao contrário, os jovens cingapurianos aprimoraram sua capacidade de leitura, fato creditado ao currículo da língua inglesa nos ensinos fundamental e médio. Isso, de acordo com o governo, ajudou a desenvolver uma visão mais crítica e variada.

Macau e Hong Kong vêm na sequência. O domínio asiático contrasta com a estagnação da educação nos países membros da OCDE. Gurría chamou de "decepcionante" a virtual falta de melhoria na performance dos estudantes destas nações desde que o exame começou a ser aplicado em 2000, mesmo que tenham aumentado seus gastos na área.

Tal fato chama a atenção para a relação dos contextos sociais e econômicos em que os alunos estão inseridos com seus resultados educacionais. Ainda aponta para a necessidade de levar em conta as mudanças experimentadas pela era da informação. O relatório destaca o desafio de preparar os estudantes para não apenas extrair informações do que leem, mas sim fazerem julgamentos bem fundamentados dos textos e saberem discernir o que é verdadeiro e o que é falso.

China e Cingapura estão entre os seis países onde um entre sete alunos consegue distinguir fato de opinião na leitura. O êxito é explicado pela forma como compreendem o impacto das redes sociais. Não negam que a leitura dos livros tradicionais caiu em comparação com as mais interativas redes sociais. Ao contrário, buscam formas de se

adequar às novas demandas. E para isso, consideram essenciais os resultados medidos pelo PISA, os quais não são vistos em termos competitivos, mas como subsídios para melhorar a educação.

"Estamos felizes que a China esteja indo bem. Não participamos do PISA para tentar vencer todos os países. Participamos para aprender áreas importantes e melhorarmos. Quando outros países se saírem bem, continuaremos aprendendo com eles e tentaremos tornar a experiência educacional mais positiva e eficaz para nossos alunos", disse o vice-diretor geral do Ministério da Educação de Cingapura, Sng Chern Wei, ao The Strait Times.

PISA 2018

A avaliação foi aplicada pela OCDE a estudantes de 15 anos de 79 países, incluindo aqueles que não são membros da organização. O exame, que teve sua primeira edição em 2000, mediu as habilidades em leitura, matemática e ciências.

O Brasil encontra-se estagnado há mais de uma década, com médias 413 no quesito Leitura (57º do mundo), 384 em Matemática (70º) e 404 em Ciências (64º). Traduzindo, 43% dos participantes brasileiros não sabem o mínimo nessas três áreas do conhecimento.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Sisu : MEC divulga o calendário para primeiro semestre de 2020

Estudantes que fizeram o Enem podem fazer inscrição entre os dias 21 e 24 de janeiro. O resultado será divulgado no dia 28

O MEC (Ministério da Educação) publicou no Diário Oficial de terça-feira (3) o cronograma do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) para o primeiro semestre de 2020. Para participar, os estudantes precisam ter feito a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

O Sisu é um programa de acesso às universidades federais e substitui os vestibulares. As instituições abrem vagas duas vezes por ano (janeiro e junho) e o estudante usa a nota do Enem para conseguir uma vaga.

Confira o cronograma:

Inscrição: 21 a 24 de janeiro

Resultado: 28 de janeiro

Matrículas: 29 de janeiro a 4 de fevereiro

Lista de espera: 29 de janeiro a 4 de fevereiro

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Inovação pedagógica está em estado básico no país, aponta pesquisa

Estudo do Instituto Crescer está disponível para receber contribuições da sociedade e depois será apresentado ao MEC

De forma geral, tanto em escolas privadas como na rede pública de ensino, o que se constata é que a inovação pedagógica se apresenta em estágio básico, em termos de incorporação de tecnologia. É o que conclui a pesquisa Avaliação das Práticas Educacionais Inovadoras (Apei) 50, divulgada hoje (3), pelo Instituto Crescer.

O nome do levantamento faz alusão aos 50 indicadores, com pontuação de 0 a 4, que

permitiram avaliar, com amplitude, aspectos inerentes ao ambiente escolar. Trata-se de um conjunto de questões que variam da disposição dos professores em incorporar recursos tecnológicos às aulas à inclinação dos estudantes de pedir ajuda a eles, ao se deparar com situações potencialmente perigosas na internet. Ao todo, foram ouvidos 5.411 professores, provenientes de 317 escolas espalhadas pelo país.

Os responsáveis pelo estudo, que agora está aberto a contribuições da sociedade e que deve ser apresentado ao Ministério da Educação (MEC), destacam informações que demonstram assimetrias entre os colégios particulares e públicos. Um exemplo é o nível de autonomia para uso da internet para fins pedagógicos, que, na rede privada obteve a pontuação de 3,2 e na rede pública, de 1,92.

Estabelecer como tarefa de casa que os alunos colem informações da internet, a fim de escrever artigos é algo bastante comum, atualmente. Como no mundo offline a atividade envolvia, exclusivamente, uma busca em livros, o ideal seria que os professores orientassem os alunos sobre a forma correta de pesquisarem aquilo que desejam em websites. Isso os estimularia a recorrer a sítios eletrônicos confiáveis, a identificar fake news e a compreender o que significa plágio de conteúdo.

O estudo do instituto, porém, mostra que somente parte das turmas está recebendo essa orientação sobre metodologia de pesquisa na internet. Entre escolas públicas, a média foi de 1,65, classificada como básica. Já as escolas particulares atingiram uma média de 2,55, considerada de nível intermediário.

Steam

Segundo a idealizadora da pesquisa, Luciana Allan, a abordagem é "agnóstica", no sentido de não priorizar a recomendação de uma tecnologia em detrimento de outra, mas sim entender que cada turma e instituição poderiam se beneficiar de algo específico, conforme suas demandas. Alguns indicadores, diz ela, ajudam a explicar, inclusive, a realidade exposta através do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), cujos resultados foram divulgados hoje, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para a o instituto, uma política que poderia servir para melhorar o desempenho dos alunos nas disciplinas de exatas é a chamada STEAM. De acordo com o Instituto Crescer, apenas 11,6% dos professores declararam envolver alunos em projetos STEAM (Ciências, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática), em que eles têm a oportunidade de construir objetos com material concreto e digital. Nas escolas públicas, a proporção é de 5%. Quando se considera a parcela que o faz às vezes, as porcentagens são de 25,9% e 21,6%.

A diretora técnica do instituto também pontua que não existe, ainda, uma cultura de os estudantes formarem comunidades digitais, por meio das quais haveria uma facilitação na troca de conteúdos e aprendizados. Essa composição também ficaria, inicialmente, a cargo dos professores, que, avalia ela, deveriam fomentar esse movimento. Os dados compilados no relatório revelam que somente 15,6% dos professores da rede pública e 27,3% da rede privada dizem se sentir preparados para participar de comunidades virtuais de aprendizagem ou promovê-las. Além disso, apenas 18,2% dos docentes da rede pública e 32,5% da rede privada se sentem preparados para vivenciar uma experiência como essa.

Convidada do seminário de apresentação do relatório, a diretora-presidente do Centro de Inovação para Educação Brasileira (Cieb), Lucia Dellagnelo, afirma que o investimento para que as escolas disponham de tecnologia deve ser homogeneamente distribuído. Para ela, a tecnologia deve estar a serviço da justiça social. "Hoje, a tecnologia ainda não tá sendo usada para diminuir essa desigualdade", defende.

A diretora-geral pedagógica do Colégio Dante Alighieri, Valdenice Minatel, um dos mais tradicionais da capital paulista, acrescenta que é fundamental entender como o estudante percebe a cultura digital. Segundo ela, "a escola, por receio de se pôr à prova, não está perguntando" quais as necessidades dos alunos. "Muita coisa está acontecendo fora da escola."

